



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES - CPL/SELOG/DITEC/PF

ESTUDO PRELIMINAR Nº 10848760/2019-CPL/SELOG/DITEC/PF

Processo nº 08059.000427/2019-62

Estudo Preliminar da Contratação

1. NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

1. Compete à CPL/SELOG/DITEC/PF, no âmbito dessa unidade gestora:

- I - executar as rotinas pertinentes aos procedimentos de licitações, necessárias à aquisição de materiais e à contratação de serviços no âmbito da DITEC;
- II - elaborar os editais e instrumentos necessários aos procedimentos licitatórios;
- III - formalizar os atos de dispensa que exijam termo de contrato, bem como os de inexigibilidade de licitação;
- IV - apoiar as atividades do Pregoeiro, da Comissão Permanente de Licitação e das Comissões Especiais de Licitação, quando instituídas; e,
- V - praticar os demais atos necessários à consecução das atividades de sua área de atuação.

2. A consecução das atribuições supramencionadas exige, para certos atos, publicação em jornais de grande circulação local, regional ou nacional. A mencionada difusão é realizada por meio do Publicidade Legal da EBC.

3. Nesse sentido, a necessidade de contratação do serviço de publicidade legal em jornal de grande circulação se justifica, tendo vista o constante no inciso III do art. 21 da Lei 8.666/93, *ipsis litteris*:

Art. 21. Os avisos contendo os resumos dos editais das concorrências, das tomadas de preços, dos concursos e dos leilões, embora realizados no local da repartição interessada, deverão ser publicados com antecedência, no mínimo, por uma vez: (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

III - em jornal diário de grande circulação no Estado e também, se houver, em jornal de circulação no Município ou na região onde será realizada a obra, prestado o serviço, fornecido, alienado ou alugado o bem, podendo ainda a Administração, conforme o vulto da licitação, utilizar-se de outros meios de divulgação para ampliar a área de competição.

4. Da mesma forma, o Decreto nº 5.450/2005 estabelece nos incisos II e III do seu art. 17, a necessidade de publicação em jornais de grande circulação, conforme se verifica:

Art. 17. A fase externa do pregão, na forma eletrônica, será iniciada com a convocação dos interessados por meio de publicação de aviso, observados os valores estimados para contratação e os meios de divulgação a seguir indicados:

II - acima de R\$ 650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil reais) até R\$ 1.300.000,00 (um milhão e trezentos mil reais):

- a) Diário Oficial da União;
- b) meio eletrônico, na internet; e

c) jornal de grande circulação local;

III - superiores a R\$ 1.300.000,00 (um milhão e trezentos mil reais):

a) Diário Oficial da União;

b) meio eletrônico, na internet; e

c) jornal de grande circulação regional ou nacional.

5. A Lei nº 11.652 de 04 de agosto de 2008 institui os princípios e objetivos dos serviços de radiodifusão pública explorados pelo Poder Executivo ou outorgados a entidades de sua administração indireta e autoriza o Poder Executivo a constituir a Empresa Brasil de Comunicação – EBC. Esta empresa pública foi criada, conforme art. 5º dessa mesma lei, com a finalidade de prestar tais serviços de radiodifusão pública e serviços conexos, observados os princípios e objetivos estabelecidos nesta Lei, como está expresso em seu art. 6º, sendo um desses serviços o de distribuir a publicidade legal dos órgãos e entidades da administração federal, à exceção daquela veiculada pelos órgãos oficiais da União (art. 8º, VII, da referida lei).

6. A Diretoria Técnico-Científica do Departamento de Polícia Federal, órgão integrante do Poder Executivo, é Unidade Gestora e recebe recursos do Governo Federal, desta forma, para suas aquisições, condiciona-se à Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002, Decreto do poder Executivo. Isto posto, para atendimento do princípio constitucional da legalidade, transparência e publicidade e ainda em consonância com o disposto no art. 21 da Lei 8.666/93 e parágrafo 6º do Art. 17 do Decreto 5.450/2005, faz-se necessária a contratação da Empresa Brasil de Comunicação – EBC para a distribuição da publicidade legal.

2. JUSTIFICATIVA DO VALOR E DO QUANTITATIVO

7. O valor e o quantitativo do serviço de distribuição de publicidade legal foi obtido tendo por base a planilha referente à última contratação, anexada ao presente processo sob o número (10871660).

8. A metodologia utilizada para cálculo do valor da contratação foi o seguinte:

8.1. Média de 12 (doze) publicações ao ano, equivalente a 1(uma) mensal.

8.2. Média de R\$ 778,33 (setecentos e setenta e oito reais e trinta e três centavos) referente ao valor individual de cada publicação. Esse valor foi obtido pela média aritmética de todas as publicações feitas desde setembro de 2014, período inicial da contratação anterior.

9. Dessa forma, obteve-se o valor de R\$ 9.339,96 (nove mil trezentos e trinta e nove reais e noventa e seis centavos) pelo período de 12 (doze) meses, e 46.699,80 (quarenta e seis mil seiscentos e noventa e nove reais e oitenta centavos) pelo período de 60 (sessenta) meses.

3. DETALHAMENTO DO SERVIÇO

10. Contratação do **serviço** de distribuição de publicidade legal em jornal de grande circulação com a EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO S.A. – EBC, criada pelo Decreto nº 6.246, de 24 de Outubro de 2007, com autorização de constituição prevista na Lei nº 11.652, de 7 de abril de 2008.

11. A distribuição da publicidade legal a ser veiculada será feita em nome da EMPRESA, pela Diretoria de Serviço, e a esta deverá ser redigida e encaminhada, pela ADMINISTRAÇÃO, com as respectivas solicitações de veiculação.

11.1. Competirá a ADMINISTRAÇÃO obedecer, quando do encaminhamento, à EMPRESA, do material a ser veiculado, aos seguintes procedimentos e prazos:

11.2. O material deverá ser encaminhado à EBC por intermédio do Sistema Portal da Publicidade Legal da EBC: <http://publicidadelegal.ebc.com.br>;

11.3. O material para veiculação, cujo teor é de responsabilidade do **CONTRATANTE**, será remetido à **CONTRATADA**, em texto definitivo, em cuja feitura serão obedecidas as normas de composição e diagramação estabelecidas no Manual de Uso da Marca do Governo Federal e de Padronização Visual da Publicidade Legal. O respectivo Manual foi recepcionado pela Instrução Normativa SECOM-PR nº 2, de 16 de dezembro de 2009, da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República - SECOM, e poderá ser consultado no endereço eletrônico: www.secom.gov.br/sobre-a-secom/acoes-e-programas/publicacoes/manuais-e-marcas/publicidade-legal. Excepcionalmente, considerando casos eventuais solicitados pelo **CONTRATANTE**, a critério da Gerência de Publicidade Legal, poderá ser modificado o padrão do referido Manual pela **EBC**;

11.4. A solicitação de veiculação emitida pela **CONTRATANTE** deverá conter a identificação da autoridade que a subscreve;

11.5. O material para veiculação deverá ser remetido via Portal à **CONTRATADA**, obrigatoriamente até as 12hs (doze horas) – horário local de Brasília/DF – do dia útil imediatamente anterior à data estabelecida para a publicação da matéria, exceto quando das seguintes hipóteses:

11.6. no caso de publicação de balanço, o material para veiculação deverá ser remetido à **CONTRATADA** com antecedência mínima de 07 (sete) dias úteis à data estabelecida para a publicação da matéria;

11.7. no caso de veiculação em mídia eletrônica, o material deverá ser remetido à **CONTRATADA**, obrigatoriamente, obedecendo a seguinte antecedência, conforme horário local de Brasília/DF:

11.8. para rádio: até as 13:00 (treze horas) do dia útil imediatamente anterior à data estabelecida para veiculação;

11.9. para TV: com antecedência de 05 (cinco) dias úteis imediatamente anteriores à data estabelecida para veiculação;

11.10. para internet: com antecedência de 02 (dois) dias úteis imediatamente anteriores à data estabelecida para veiculação.

12. Cabe ao(à) **CONTRATANTE** definir o veículo de comunicação onde se dará a publicação;

13. A **CONTRATADA** disponibilizará, no Portal da Publicidade Legal, planilha de custos e arte final referentes ao material previamente encaminhado. Mediante acesso ao Portal da Publicidade Legal, o **CONTRATANTE** fará a conferência da planilha de custos e da arte final, autorizando que seja realizada a publicação da matéria no veículo indicado, exceto quando das seguintes hipóteses

14. o(a) **CONTRATANTE** poderá autorizar previamente as matérias a serem encaminhadas à **CONTRATADA** por intermédio da Autorização Prévia de Publicação de Matéria Legal;

15. previamente autorizadas, apenas por manifestação expressa do(a) **CONTRATANTE** será possível a alteração ou cancelamento das publicações;

16. o(a) **CONTRATANTE** poderá desistir da opção efetuada por intermédio da Autorização Prévia de Publicação de Matéria Legal a qualquer tempo, respeitados, em qualquer caso, os atos já praticados;

17. A marca do Governo deverá constar do material a ser veiculado pela **CONTRATANTE**, respeitando-se o respectivo Manual de Uso da Marca do Governo Federal e de Padronização Visual da Publicidade Legal.

18. O Acesso ao Portal da Publicidade Legal será mediante uso de senha de usuário, previamente cadastrado pela EBC, a qual pode ser contatada pelo fone: (61) 3799-5590 ou pelo correio eletrônico: sepub@ebc.com.br.

4. **VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO**

19. O(s) serviço(s) deverá (ão) ser prestados a partir do início da vigência do contrato com duração de 60 meses, com data inicial prevista para 22 de setembro de 2019, conforme o limite estabelecido no inciso II do artigo 57 da Lei 8.666/93.

5. **DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO**

Assim, diante do exposto acima, entendemos ser **VIÁVEL** a contratação da solução demandada.

GEOVAH OLIVEIRA
Agente Administrativo

BERILO DA PAZ CARVALHO E SILVA FILHO



Documento assinado eletronicamente por **BERILO DA PAZ CARVALHO E SILVA FILHO, Agente Administrativo**, em 06/05/2019, às 16:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **GEOVAH DE JESUS DE OLIVEIRA, Agente Administrativo**, em 06/05/2019, às 18:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **10848760** e o código CRC **C157E90D**.
